

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

CAPÍTULO 1

IMPARCIALIDADE JUDICIAL: PREMISSAS À ABORDAGEM

DO TEMA	21
---------------	----

1.1	Imparcialidade e jurisdição.....	21
1.2	Imparcialidade como norma fundamental na Constituição Federal de 1998.....	28
1.3	Aparência de imparcialidade e o parâmetro objetivo de controle da imparcialidade judicial.....	37
1.3.1	Aparência de imparcialidade no common law (experiência dos Estados Unidos)	37
1.3.2	Aparência de imparcialidade no Direito Internacional	42
1.3.3	Aparência de imparcialidade no Direito brasileiro	46

CAPÍTULO 2

O CONTEÚDO DOGMÁTICO DA IMPARCIALIDADE JUDICIAL

2.1	Posições jurídicas criadas pela norma	51
2.2	Significados geralmente atribuídos à imparcialidade judicial pela dogmática	55
2.3	Conteúdo da imparcialidade de acordo com soft law internacional e a legislação brasileira	62
2.4	Imparcialidade e outros conceitos correlacionados.....	66
2.4.1	Imparcialidade e independência	66
2.4.2	Imparcialidade e vieses cognitivos	68
2.4.2.1	Métodos para anular os vieses cognitivos (debiasing).....	77

2.4.2.2	Vieses cognitivos no conceito de imparcialidade.....	80
2.4.3	Imparcialidade e neutralidade.....	84
2.4.3.1	Neutralidade do juiz como passividade, inação, indiferença.....	84
2.4.3.1.1	Superando a tese da “parcialidade positiva”.....	88
2.4.3.1.2	Imparcialidade e iniciativa probatória de ofício: breves comentários	91
2.4.3.1.3	Imparcialidade e neutralidade como sinônimos	93
2.4.3.2	Neutralidade como ausência de interferências oriundas de características pessoais do juiz.....	94
2.5	Esmiuçando o conteúdo da norma da imparcialidade judicial.....	97
2.5.1	Conceito e deveres de imparcialidade segundo Eduardo José da Fonseca Costa	98
2.5.2	Conceito de imparcialidade segundo Marcelo Barbi	102
2.5.3	Conceito de parcialidade segundo Charles Gardner Geyh ...	105
2.6	Conteúdo dogmático da imparcialidade judicial.....	110
2.7	Conclusão parcial	118

CAPÍTULO 3

IMPARCIALIDADE E O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....		121
3.1	Justiça constitucional, processo constitucional e processo objetivo	121
3.1.1	Controle de constitucionalidade e Justiça constitucional..	121
3.1.2	Controle de constitucionalidade e processo constitucional	128
3.1.3	Controle de constitucionalidade e processo objetivo.....	133
3.2	Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	140
3.3	Arguição de imparcialidade no Supremo Tribunal Federal.....	147
3.4	Imparcialidade judicial nos processos “objetivos”: panorama jurisprudencial e doutrinário.....	157
3.5	Brevíssimas considerações de Direito comparado.....	164

CAPÍTULO 4

SUBJETIVIDADE NOS PROCESSOS DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DA IMPARCIALIDADE DO ÓRGÃO JULGADOR	179
4.1 Superando o critério do bem jurídico tutelado: direitos subjetivos no controle concentrado de constitucionalidade.....	181
4.1.1 O controle concentrado de constitucionalidade na Teoria do Fato Jurídico.....	185
4.1.2 Caráter pluridimensional dos interesses transindividuais....	190
4.1.3 Situações jurídicas subjetivas materiais no controle concentrado de constitucionalidade.....	195
4.1.3.1 Tutela da ordem jurídica e de situações jurídicas subjetivas (direta ou reflexamente)	196
4.1.3.2 Tutela da ordem jurídica e de situações jurídicas subjetivas (direta ou reflexamente): continuação... ..	203
4.2 Superando o critério da análise objetiva: fatos e provas nos processos de controle concentrado	211
4.3 Superando o critério da ausência de partes	223
4.3.1 Participação no controle concentrado de constitucionalidade.....	227
4.3.2 O <i>amicus curiae</i>	238
4.4 Conclusão parcial	248
4.5 Imparcialidade no controle concentrado de constitucionalidade.....	249
CONCLUSÃO	267
REFERÊNCIAS	275